


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE IBATÉ**
**FORO DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000700-97.2016.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **PAULO IANO JOSÉ DA SILVA e outro**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Em 09 de maio de 2017, às 14 horas e 15 minutos, na sala de audiências da Vara Única do Foro de Ibaté, Comarca de Ibaté, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito **Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a *Audiência de Instrução e Julgamento*, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. *Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes*, verificou-se a presença do Promotor de Justiça, **Dr. José Carlos Monteiro**. **Presente(s)** o(s) réu(s) **PAULO IANO JOSÉ DA SILVA e EDIMILSON JOSÉ SANTANA**. **Presentes** os Defensores **Vinicius Casemiro Jacovac e Higor Rafael Macera Estival**. **Presentes** a(s) testemunha(s) **Renato Fernandes Falaci e Marcio Rodrigo da Silva Molina**. **Ausentes** a(s) testemunha(s) **Arlindo Silva e Diomar da Silva Vasconcelos**. **Presente** a vítima **Leandro Luis Martucci**. **Iniciados os trabalhos**, com as formalidades legais, o MM. Juiz colheu o(s) depoimento(s) da(s) vítima(s), inquiriu a(s) testemunha(s) presente(s) e interrogou o(s) réu(s), conforme termo(s) em apartado, "gravado(s) em mídia eletrônica audiovisual, nos termos do Provimento nº 23/2004 do Tribunal de Justiça de São Paulo (item 77 e seguintes do Capítulo II das Normas de Serviço Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça), bem como com base no artigo 405 e parágrafos do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11719/08, ainda, nos termos do artigo 13, §3º, da Lei nº 9.099/95, ainda, com base no artigo 169 § 2º e 170 do Código de Processo Civil". **A seguir, de acordo com o artigo 402 do CPP**, pelo MM. Juiz foi concedida a palavra às partes. **Por ambas as partes foi dito que não tinham diligências a requerer**. **Após**, passou-se aos debates que foram gravados em mídia audiovisual. **Na sequência**, o MM. Juiz proferiu a seguinte sentença: "*Paulo Iano José da Silva e Edimilson José Santana estão sendo processados pela suposta infração ao art.155, parágrafo quarto, incisos I, II e IV, do Código Penal, porque, de acordo com a denúncia, no dia 13 de julho de 2016, no período da tarde, na Rua Mário Sérgio Papa Marchine, n. 810, nesta cidade de Ibaté, subtraíram, para si, mediante rompimento de obstáculo e escalada, bens pertencentes a Leandro Luis Martucci. A denúncia foi recebida em 29 de agosto de 2016 (fl.151). Resposta à acusação às fls.156/158 e 264/273. Nesta audiência procedeu-se à oitiva da vítima e de duas testemunhas, interrogando-se os réus ao final. Na sequência, as partes manifestaram-se nos debates orais. É o relatório. Fundamento e decido. A ação penal é parcialmente procedente. A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls.67/70, pelo auto de entrega de fls.74/75 e pela prova oral produzida.*"


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE IBATÉ**
**FORO DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*A autoria também é certa. Interrogados nesta audiência os denunciados admitiram a prática da infração penal que lhes é atribuída, mencionando que subtraíram os bens do interior da residência, na qual ingressaram de forma irregular, havendo sido capturados pela polícia na posse da 'res'. As confissões harmonizam-se com os elementos amealhados em contraditório. O ofendido Leandro Luis Martucci disse que foi informado por uma vizinha acerca da invasão de sua casa por duas pessoas. Dirigiu-se até lá, onde pode notar que os milicianos haviam detido os acusados na posse de seus bens, os quais lhe foram restituídos. A testemunha Márcio Rodrigo da Silva Molina informou que transitava próximo ao local do fato quando viu um automóvel modelo Corsa, de cor vinho, o qual sabia que havia sido utilizado em furtos anteriormente realizados nesta cidade. Comunicou o fato ao Policial Militar Renato Fernandes Falaci, que é seu conhecido, e acrescentou que acompanhou parte da perseguição policial, na qual notou, inclusive, que os réus portavam os objetos subtraídos. Renato Fernandes Falaci, por sua vez, relatou que recebeu a informação de seu conhecido e que abordou os denunciados no interior do veículo indicado, na posse do televisor, do vídeo-game e do notebook de propriedade da vítima. De rigor, em consequência, o reconhecimento de que os acusados promoveram a subtração incriminada. No que toca às qualificadoras, a prova oral produzida, incluindo as declarações prestadas pelos próprios denunciados, bem assim o teor do laudo pericial de fls. 148/150, demonstram, com segurança, que o delito foi praticado em concurso de agentes e mediante rompimento de obstáculo. De outra parte, há dúvidas quanto ao ingresso no imóvel mediante escalada, decorrendo desta constatação a parcial procedência da ação. Não se cogita a aplicação do princípio da insignificância, conforme requerido em defesa prévia, uma vez que a conduta dos agentes era apta a gerar considerável lesão ao patrimônio da vítima, assim como porque o crime foi praticado na forma biqualeficada. No mais, a infração atingiu a consumação, pois consoante se extrai dos depoimentos das testemunhas, os acusados dispuseram da posse desvigiada dos bens. Passo a dosar as penas. 1) Acusado Paulo Iano José da Silva: tendo em vista a maior reprovabilidade em concreto da atuação do denunciado, que além de praticar o furto em concurso de pessoas, o fez mediante rompimento de obstáculo, fixo a pena-base 1/6 (um sexto) acima do mínimo legal, em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa. Reconheço em favor do réu a atenuante da confissão espontânea, reduzindo a reprimenda ao patamar mínimo de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Torno-a definitiva, pois não há outras circunstâncias que autorizem a exasperação ou o abrandamento. 2) Acusado Edimilson José Santana: tendo em vista a maior reprovabilidade em concreto da atuação do denunciado, que além de praticar o furto em concurso de pessoas, o fez mediante rompimento de obstáculo, bem assim considerando que o réu ostenta maus antecedentes, haja vista as condenações transitadas em julgado certificadas às fls. 311, 313 e 314, para as quais não se reconhece a reincidência, fixo a pena-base 1/5 (um quinto) acima do mínimo legal, em 2 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão e 12 (doze) dias-multa. Reconheço em favor do réu a atenuante da confissão espontânea, reduzindo a reprimenda ao patamar mínimo de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Torno-a definitiva, pois não há outras causas de*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE IBATÉ**
**FORO DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*alteração. Em relação a ambos os réus: 1) fixo a multa mínima, pois não há informações precisas sobre a capacidade econômica dos agentes; 2) estabeleço regime aberto para cumprimento da pena privativa de liberdade imposta, com fundamento no art.33, parágrafo 2º, alínea "c" do Código Penal; 3) substituo-a por duas restritivas de direitos, consistentes na prestação de serviços à comunidade pelo período da condenação e na prestação pecuniária no valor de um salário mínimo nacional vigente, pois presentes os requisitos enumerados no art. 44 do Código Penal. Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO PENAL** para condenar os réus Paulo Iano José da Silva e Edimilson José Santana por infração ao art.155, parágrafo 4º, incisos I e IV, do Código Penal, à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime aberto, substituída por restritiva de direitos, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, na forma especificada. Autoriza-se recurso em liberdade, pois ausentes os requisitos do art.312, do Código de Processo Penal. Determinada a restituição do veículo a fls. 128, item 2, declaro o perdimento, se o caso, de outros bens apreendidos, eis que utilizados para a prática ilícita. Honorários em 100%. Expeça-se certidão". **Sentença publicada em audiência. Saem os presentes intimados. Nada Mais.** Eu, **CRISTIANE CAROLINA DA SILVA**, Escrevente Técnico Judiciário, M368331, digitei.*

Ministério Público:

 Réu – **PAULO IANO JOSÉ DA SILVA**:

Defensor:

 Réu – **EDIMILSON JOSE SANTANA**:

Defensor:

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**